

WAM Brasil
Negócios
Imobiliários Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900, Fax +55 (62) 3604-7901
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e aos administradores da
WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda.
Caldas Novas - GO

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas” de nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

a) **Provisão para distratos**

No exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2015 a Empresa reconhecia a despesa com distratos para o saldo de contas a receber das comissões sobre contratos de venda de unidades e cotas imobiliárias pelo regime de caixa. A partir do exercício de 2016, a Empresa passou a adotar o regime de competência no reconhecimento da provisão para distratos. Consequentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 possui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre o resultado e sobre o fluxo de caixa das atividades operacionais do exercício.



b) Apresentação de saldos comparativos

Os saldos correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparabilidade, não foram auditados e não foi possível verificar, por meio de procedimentos alternativos, a adequação dos respectivos saldos. Dessa forma, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 contém ressalva quanto à comparabilidade em função de não ser possível determinar se seria necessário efetuar ajustes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa e suas coligadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes e, portanto, não expressamos opinião sobre elas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria das demonstrações financeiras realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre a posição patrimonial e financeira. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas coligadas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração relacionadas às demonstrações financeiras.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião sobre a posição patrimonial e financeira, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 6 de outubro de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-2 F-GO

Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2016	(Não Auditado) 2015	Passivo	Notas	2016	(Não Auditado) 2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.770	243	Empréstimos e financiamentos	10	3.329	3.538
Contas a receber	5	32.802	22.034	Fornecedores	11	10.540	7.575
Adiantamento a fornecedores	6	878	86	Obrigações trabalhistas	12.a	1.261	544
Outros créditos		70	536	Obrigações tributárias	12.b	14.654	3.846
Total do ativo circulante		35.520	22.899	Outras contas a pagar	13	1.525	864
				Obrigações com partes relacionadas	7.b	5.740	2.997
				Obrigações de aquisição de ativo	14	788	-
				Passivo a descoberto		1.399	-
				Total do passivo circulante		39.236	19.364
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	5	351	-	Empréstimos e financiamentos	10	6.056	-
Mútuo com partes relacionada	7.a	4.871	72	Obrigações com partes relacionadas	7.b	-	16
Investimentos	8	31.970	14.342	Obrigações tributárias	12.b	1.084	1.616
Imobilizado	9	5.158	3.361	Tributos diferidos	12.c	4.941	5.003
Intangível		206	169	Obrigações de aquisição de ativo	14	16.274	-
Total do ativo não circulante		42.556	17.944	Contingências trabalhistas	15	1.961	-
				Total do passivo não circulante		30.316	6.635
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.a	2.006	6
				Lucros acumulados		6.518	14.838
				Total do patrimônio líquido		8.524	14.844
Total do ativo		78.076	40.843	Total do passivo e do patrimônio líquido		78.076	40.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	2016	(Não Auditado) 2015
Receita líquida	17	57.373	44.468
Custo dos serviços prestados	18	<u>(27.028)</u>	<u>(13.921)</u>
Resultado bruto		<u>30.345</u>	<u>30.547</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	19	(1.609)	(1.173)
Despesas administrativas e gerais	20	(11.116)	(9.312)
Resultado de equivalência patrimonial		953	421
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>(7)</u>	<u>74</u>
Total das receitas/(despesas) operacionais		<u>(11.779)</u>	<u>(9.990)</u>
Receitas financeiras		181	37
Despesas financeiras		<u>(9.330)</u>	<u>(2.872)</u>
Resultado financeiro líquido	21	<u>(9.149)</u>	<u>(2.835)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>9.417</u>	<u>17.722</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12.d	<u>(4.969)</u>	<u>(5.739)</u>
Resultado do exercício		<u>4.448</u>	<u>11.983</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	(Não Auditado) 2015
Resultado do exercício	4.448	11.983
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>4.448</u>	<u>11.983</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)		6	13.169	-	13.175
Distribuição de lucros			(10.314)		(10.314)
Resultado do exercício		-	-	11.983	11.983
Destinações de resultado:					
Reserva de lucros		-	11.983	(11.983)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)		6	14.838	-	14.844
Aumento de capital social	15	2.000	-	-	2.000
Distribuição de lucros		-	(12.768)	-	(12.768)
Resultado do exercício		-	-	4.448	4.448
Destinações de resultado:					
Reserva de lucros		-	4.448	(4.448)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		2.006	6.518	-	8.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	(Não Auditado) 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	4.448	11.983
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	774	235
Baixa de imobilizado	(21)	(797)
Resultado de equivalência patrimonial	(953)	(421)
Provisão para distratos	15.901	-
Despesa de provisão para devedores duvidosos	528	-
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	1.961	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(11.119)	(5.029)
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores	(792)	(21)
(Aumento) redução em outros créditos	466	(519)
Aumento (redução) em fornecedores	2.965	4.056
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	717	425
Aumento (redução) em obrigações tributárias	10.214	4.800
Aumento (redução) em outras contas a pagar	661	1.324
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(2.558)	(150)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	23.192	15.886
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de participação em coligadas	(15.276)	(6.884)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.587)	(1.897)
Caixa líquido após as atividades de investimento	(17.863)	(8.781)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	2.000	-
Entrada (saída) financeira de mútuo com pessoas ligadas	(2.072)	(74)
Empréstimos e financiamentos - captação	14.082	7.965
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(5.044)	(4.676)
Distribuição de dividendos	(12.768)	(10.314)
Caixa líquido após as atividades de financiamento	(3.802)	(7.099)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.527	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.770	243
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	243	237
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.527	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A WAM Brasil Negócios Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ (MF) nº 17.919.649/0001-03, é uma empresa limitada de capital fechado, constituída em 12 de abril de 2013, com atuação nos Estados de Goiás, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. Sua sede está localizada à Rua Nair Lopes de Moraes, S/N, lote 12, quadra 06, sala 01, no Bairro Turista I, Município de Caldas Novas, Estado de Goiás.

A Empresa tem como objeto social a atividade de corretagem na compra e na venda e avaliação imobiliária, atuando também na promoção de vendas, consultoria e publicidade em negócios imobiliários.

1.2 Participações societárias

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha as seguintes participações societárias diretas:

- **WPM Viagens e Turismo Ltda. - 30,00%**, localizada à Rua Nair Lopes de Moraes, quadra 06, lote 12, sala 01, S/N, Bairro Turista I, CEP: 75.690-000, Caldas Novas - GO, com propósito específico de atividades de organização e venda de viagens, reserva de hotel e vendas de passagens de empresas de transporte, fornecimento de informação, assessoramento e planejamento de viagens em geral.
- **SPE WAM & Royal Incorporações Ltda. - 40,00%**, localizada à Rua Maranhão, quadra 17, área 3-A, S/N, Bairro Esplanada do Rio Quente, CEP: 75.695-971, Rio Quente - GO, com propósito específico de promover mediante incorporação, construção e vendas a terceiros, de empreendimento imobiliário urbano a ser edificado na Rua Maranhão esquina com Guanabara, quadra 17, Área-A, Esplanada do Rio Quente, Rio Quente - GO.
- **NG 30 Empreendimentos Imobiliários Ltda. - 33,33%**, localizada à Avenida Cel. Cirilo Lopes de Moraes, quadra 11, lote 07, S/N, Bairro Turista, CEP: 75.690-000, Caldas Novas - GO, com propósito específico de corretagem na compra e na venda e na avaliação de imóveis, compra e venda de imóveis próprios, no loteamento de imóveis próprios.
- **NG 20 Empreendimentos Imobiliários S.A. - 5,00%**, localizada na Fazenda Santo Antônio das Lages, Gleba 03, S/N, CEP: 75.690-000, Caldas Novas - GO, com propósito específico de incorporação de empreendimentos imobiliários, construção de edifícios, serviços de reservas e outros serviços de turismo, corretagem no aluguel de imóveis.
- **Sociedade em Conta de Participação sobre aeronave - 50,00%**, localizada à Rua 01, quadra 26, lote 11, S/N, Jardim Santa Efigênia, CEP: 15.400-970, Olímpia - SP, com propósito específico de gestão e utilização do bem comum: aeronave modelo CESSNA CITATION CJ 525 SERIE 525 0119, prefixo: PT-FBM, fabricante Cessna AICRAFT, com número de certificado 18.773, a fim de administrar os custos e para flexibilidade de deslocamento dos sócios envolvidos.

- **Goldem Mountain Empreendimentos Imobiliários Ltda. - 35,00%**, localizada à Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25, Edifício Concept Office, sala 203, CEP: 74.815-465, Goiânia - GO com propósito específico de incorporação de empreendimentos imobiliários e a compra e venda de imóveis próprios.
- **SPE Porto Seguro 02 Empreendimentos Imobiliários S.A. - 50,00%**, localizada à Avenida Beira Mar, S/N, Bairro Itaperapuan, CEP: 45.810-000, Porto Seguro - BA, com propósito específico de incorporação de empreendimentos imobiliários, corretagem no aluguel de imóveis, serviços de reservas e outros serviços de turismo.

1.3 Situação econômico-financeira

A Empresa apresentou uma situação econômica satisfatória, acima dos indicadores das empresas similares listadas na BOVESPA. A margem de resultado sobre a receita líquida foi de 40% em 2016, abaixo da prevista de 50% em função de despesas pré-operacionais da operação em Gramado iniciado no final de outubro de 2016 e da estruturação da sua área corporativa ocorrida no período. Já para 2017, a expectativa do atingimento da margem é em torno de 50%. Enquanto a comissão de venda das empresas similares girou em torno de 2% a 3%, a comissão da Empresa girou em torno de 9% sobre o valor geral de venda.

A situação financeira da Empresa no exercício de 2016 não teve a mesma *performance* da situação econômica em função da sua estrutura de capital de giro. A Empresa mantém contrato de comercialização com as SPEs incorporadoras e cobram por esta uma comissão que varia entre 8% a 10% sobre o Valor Geral de Venda (VGV), porém o faturamento dessa comissão se dá em 12 parcelas mensais consecutivas. Com isso, o prazo médio de recebimento é muito maior do que o prazo médio de pagamento de seus custos e suas despesas. Portanto, a Empresa é dependente de uma necessidade de capital de giro, e esta necessidade aumentou ainda mais com o crescimento desta em 2016. O ciclo financeiro da Empresa, em média em 2016, ficou em torno de 116 dias negativos, ou seja, pagamentos ocorreram em média 116 dias antes dos recebimentos.

O financiamento desta necessidade de capital de giro ocorreu através de empréstimos bancários, empréstimos de sócios e, sobretudo, sobre atrasos no pagamento de impostos. Em 2016, a economia brasileira foi marcada, em função da sua crise e financeiro, os empréstimos ficaram escassos e muito caros. A Empresa sofreu as consequências desse cenário, quase 50% do seu resultado foi destinado a pagamentos de despesas financeiras sobre esse passivo oneroso descrito na Nota Explicativa nº 10.

O desafio da Empresa para 2017 é o equacionamento do financiamento do capital de giro, buscando linhas de crédito mais compatíveis com o perfil do seu contas a receber. O parcelamento do contas a receber em 12 meses é um diferencial no mercado, portanto torna-se inviável neste momento a discussão da sua redução. Entre as alternativas que estão sendo estudadas, além de linhas de crédito mais compatíveis em relação a prazo e custos, estão as alternativas de operações financeiras estruturadas nas SPEs em que a Empresa tem participação, tais como: Ondas, Golden e NG 30. Com isso, o retorno dos investimentos realizados pela Empresa poderá ser antecipado através de adiantamentos de distribuição de lucro.

Os impostos declarados e não pagos serão objeto de parcelamento do REFIS no exercício de 2017. Este parcelamento financiará parte desta necessidade de capital de giro da Empresa.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais julgamentos e as estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são a definição da vida útil do ativo imobilizado, provisão para demandas judiciais, provisão para garantia de obras e custo orçado.

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão final pela Diretoria em 6 de outubro de 2017.

3 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando ocorre a prestação de serviços de intermediação de vendas das unidades imobiliárias, e são separadas por receita de entrada e receita de corretagem. A receita de entrada é o recebimento de terceiros correspondente a um valor preestabelecido contratualmente com o objetivo de adquirir uma cota imobiliária. A receita de corretagem é o valor previsto que a Empresa receberá das incorporadoras pela intermediação nas vendas dos imóveis.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação subsequente depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, instrumentos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa apresentou somente instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos financeiros da Empresa, classificados nesta categoria, compreendia o saldo de “caixa e equivalentes de caixa”, “aplicações financeiras”, “promitentes compradores de cotas” e “outros créditos”.

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa possuía como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado os “Instrumentos financeiros derivativos” e como outros passivos financeiros “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos”, e “Outras contas a pagar”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins.

d. Contas a receber de clientes

São apresentados aos valores presentes e de realização, reconhecidos de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa nº 3.b.

e. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

f. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e os passivos monetários, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

Para outros ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente o registro e a reversão são alocados nas linhas de receita e despesa financeira descrito na Nota Explicativa nº 17.

g. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A legislação fiscal permite que as receitas relacionadas à prestação de serviços de intermediações imobiliárias sejam tributadas com base em regime de caixa e não com base no critério descrito anteriormente para reconhecimento dessas receitas.

A Empresa optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é presumida à razão de 32% e 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto de renda de 15% e contribuição de 9%.

h. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível) são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Empresa incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de irrecoverabilidade foi registrada nos períodos apresentados.

(ii) Ativos financeiros

Exceto o saldo de contas a receber, um ativo financeiro é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Benefícios pós-emprego

A Empresa não possui benefício pós-emprego, conforme definição do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros: O CPC 48 substituirá o CPC 38. Nesse CPC, são incluídas orientações revistas para a classificação e a mensuração dos instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de imparidade nos ativos financeiros e os novos requisitos de contabilidade de cobertura geral. Esse pronunciamento também leva adiante a orientação sobre o reconhecimento e a baixa de instrumentos financeiros a partir do IAS 39. O CPC 48 deverá ser implementado para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018. A Empresa avalia que não terá impacto relevante no reconhecimento de perdas por imparidade e a classificação dos instrumentos somente poderá ser avaliada na época, pois dependerá da característica dos instrumentos que a Empresa tiver em sua carteira.

CPC 47 - Receita com contratos de clientes: O CPC 47 estabelece um quadro abrangente para determinar se, quanto e quando a receita é reconhecida. Esse CPC substituiu preponderantemente o CPC 30 (R1). O CPC 47 deve ser implementado para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2018. A Empresa avalia que a implementação do CPC 47 não terá impacto no processo de reconhecimento de receita.

CPC 6 (R2) - Arrendamento Mercantil: O CPC 47 6 (R2) requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras um passivo, refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. O CPC 06 (R2) é efetivo para os períodos anuais iniciados em 2019. A Empresa irá avaliar o potencial impacto sobre as suas demonstrações financeiras decorrentes dessas normas quando for emitido pronunciamento contábil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	(Não Auditado) 2015
Caixas e bancos	243	85
Aplicações financeiras (i)	1.527	158
Total	1.770	243

- (i) Estão representadas por aplicações financeiras em fundos remunerados pela taxa dos depósitos interbancários - CDI, Certificados de Depósito Bancário, com resgate imediato e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber de clientes

	2016	(Não Auditado) 2015
SPE Olímpia Q27 Empreendimentos Imobiliários S.A.	1.728	3.089
SPE WGS A 02 Empreendimentos Imobiliários S.A.	7.877	6.918
NG20 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	2.803	2.909
SPE Porto Seguro Empreendimentos Imobiliários S.A.	6.465	421
Goldem Mountain Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5.689	-
Outras contas a receber (i)	14.213	10.260
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(1.591)	(1.563)
(-) Provisão para distratos (iii)	(3.503)	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) (iv)	(528)	-
Total	33.153	22.034
Circulante	32.802	22.034
Não Circulante	351	-

(i) **Outras contas a receber**

Outras contas a receber são compostas por cheques pré-datados, cartões crédito, boletos e notas fiscais faturadas.

(ii) **Ajuste a valor presente**

As contas a receber de prestação de serviços (Comissões de vendas de cotas imobiliárias) foram mensuradas a valor presente considerando a taxa da poupança. A taxa média mensal praticada pela Empresa em 2016 foi de acordo com a taxa Selic mensal considerada apropriada para provisão deste valor.

(iii) **Provisão para distrato**

A Empresa constituiu provisão para distrato com base em seu histórico de devoluções e reversões relativas a desistências e/ou cancelamentos por parte dos clientes compradores de imóveis no valor de 12,68% do saldo provisionado para os contratos a faturar.

(iv) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

A Empresa constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa baseado em seu histórico de parcelas a receber em aberto por parte dos clientes compradores de imóveis classificados nas contas de boleto, cheques pré-datados, conta vinculada safra, transferência bancária à vista, crédito de clientes e cliente clube e cia.

6 Adiantamento a fornecedores

	2016	(Não Auditado) 2015
Adiantamento a fornecedores (i)	878	86
Total	878	86

(i) São adiantamentos realizados a prestadores de serviços envolvidos no processo de comercialização imobiliária.

7 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus cotistas, empresas controladas em conjunto, outras empresas ligadas aos mesmos cotistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1) - Divulgações de partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Créditos a receber de partes relacionadas

	2016	(Não Auditado) 2015
Hotel Casa Blanca	720	-
Hotel Vila Itália	218	-
Reserva Park Incorporação SPE Ltda.	4.000	-
(-) AVP Hotel Casa Blanca (i)	(53)	-
(-) AVP Hotel Villa Itália (ii)	(16)	-
Outras partes relacionadas	<u>2</u>	<u>72</u>
Total	<u>4.871</u>	<u>72</u>

- (i) **AVP Hotel Casa Blanca**
 Valor ajustado a valor presente conforme juros provisionados do valor a receber com o Hotel Casa Blanca.
- (ii) **AVP Hotel Villa Itália**
 Valor ajustado a valor presente conforme juros provisionados do valor a receber com o Hotel Villa Itália.

b. Débitos com partes relacionadas

	2016	(Não Auditado) 2015
Nova Gestão Investimentos	1.736	1.466
André Luiz Garcia Ladeira	700	-
SPE Porto Seguro Empreendimento Femress Ltda.	811	-
WPX S.A. Investimentos e Participações	488	815
Waldo Palmerson Xavier	500	-
WP Empreendimentos	525	13
HMS Hotéis	444	15
New Company Participações	525	-
Marco Aurélio	-	395
Outras partes relacionadas (i)	<u>11</u>	<u>309</u>
Total	<u>5.740</u>	<u>3.013</u>
Circulante	5.740	2.997
Não Circulante	-	16

- (i) **Outras partes relacionadas**
 Referem-se a débitos com partes relacionadas: WPM Viagens e Turismo Ltda., Golden Mountain Empreendimentos, Seasons Turismos e G4 Participações.

c. Remuneração dos administradores

A Empresa não remunerou nenhum executivo considerado como pessoal-chave nos exercícios de 2016 e 2015.

8 Investimentos

a. Composição dos saldos

	2016	(Não Auditado) 2015
SPE Porto Seguro	-	1.036
NG 30 Empreendimentos	6.579	3.181
SPE WAM & Royal	1.261	843
Golden Mountain	18.993	-
NG 20 Empreendimentos	335	342
WPM Viagens e Turismo	3.350	2.252
SCP Aeronave	1.102	1.101
Outros Investimentos	350	5.587
Total	31.970	14.342

b. Composição das participações em empresas controladas

2016								
Descrição	Participação	Patrimônio Líquido	Lucro ou (prejuízo)	AFAC	Recebimento de lucros	Mais valia	Saldo do investimento	Resultado de equivalência
WPM Viagens e Turismo	30,00%	6.285	4.771	-	(450)	-	3.350	1.431
NG 30 Empreendimentos	33,33%	383	5.469	4.628	-	-	6.579	1.823
SPE Porto Seguro (*)	50,00%	(2.798)	(3.198)	-	-	-	-	(1.599)
SPE WAM & Royal	40,00%	3.192	(10)	-	-	-	1.261	(4)
SCP Aeronave	50,00%	2.462	(977)	-	-	-	1.102	(489)
NG 20 Empreendimentos	5,00%	6.300	-	-	-	-	335	-
Golden Mountain	35,00%	13.593	(597)	-	-	14.140	18.993	(209)
Outros Investimentos		-	-	-	-	-	350	-
		29.417	5.458	4.628	(450)	14.140	31.970	953

(*) A Empresa reconheceu provisão para perda no valor de R\$ 1.199 decorrente do patrimônio negativo da investida SPE Porto Seguro.

9 Imobilizado

	Taxa	2015	2016			
		Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10%	245	663	(18)	(48)	842
Máquinas e Equipamentos	20%	5	13	-	(2)	16
Computadores e Periféricos	20%	221	238	(1)	(82)	376
Veículos	20%	142	-	-	(37)	105
Helicóptero	10%	2.703	-	-	(450)	2.253
Benfeitorias em andamento (i)	-	45	1.674	-	(153)	1.566
Total		3.361	2.588	(19)	(772)	5.158

(i) **Benfeitorias em andamento**
 Benfeitorias realizadas nas salas comerciais e nas áreas administrativas da Empresa.

10 Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	2016	(Não Auditado) 2015
Banco Safra	16,76% a.a. + CDI	5.040	-
Banco Safra	15,66% a.a. + CDI	2.351	3.400
Desconto de duplicatas	25,08% a.a.	1.333	-
Cheques descontados	29,38% a.a.	313	138
Utilização de limite bancário	29,38% a.a.	348	-
Total		<u>9.385</u>	<u>3.538</u>
Circulante		3.329	3.538
Não Circulante		6.056	-

a. Covenants

A Empresa não possui cláusula para quitação antecipada dos financiamentos adquiridos.

b. Garantias dos empréstimos obtidos

A dívida com instituições financeiras é garantida por contas a receber de cartão de crédito, boletos e cheques.

c. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

	2017
2017	3.329
2018	3.384
2019	2.004
2020	668
Total	<u>9.385</u>

11 Fornecedores

	2016	(Não Auditado) 2015
Prestadores de Serviços por comissões	2.306	-
Comissões a repassar (i)	6.095	6.425
Fornecedores de materiais e serviços (ii)	2.139	1.150
Total	<u>10.540</u>	<u>7.575</u>

(i) São valores provisionados a pagar para pessoas jurídicas contratadas que trabalham na comercialização dos empreendimentos.

(ii) Refere-se a fornecedores de materiais e serviços de consultorias e serviços de lazer opcional (hospedagem em resorts) e oferecidos como brindes e cortesias.

12 Obrigações trabalhistas, tributárias e impostos diferidos

a. Obrigações trabalhistas

	2016	(Não Auditado) 2015
Salários e encargos	724	289
Provisão para férias e encargos	537	255
Total	<u>1.261</u>	<u>544</u>

b. Obrigações tributárias

	2016	(Não Auditado) 2015
IRPJ e CSLL - correntes (i)	9.839	2.329
PIS e COFINS - correntes (i)	2.586	116
Parcelamentos municipais, federais e previdenciários (ii)	1.426	2.119
Outras obrigações tributárias	1.887	898
Total	<u>15.738</u>	<u>5.462</u>
Circulante	14.654	3.846
Não circulante	1.084	1.616

Parcelamentos

- (i) **IRPJ e CSLL - correntes**
A Empresa fará a adesão ao parcelamento em 2017.
- (ii) **Parcelamentos municipais, federais e previdenciários**
Correspondem a parcelamentos municipais, federais e previdenciários adquiridos pela Empresa, para regularização de dívida tributária de perante os órgãos competentes.

c. Tributos diferidos

O imposto de renda, a contribuição social, o PIS, a COFINS e o ISS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação, conforme os clientes a receber e os contratos a faturar.

	2016	(Não Auditado) 2015
PIS (0,65%)	174	175
COFINS (3,00%)	800	810
CSLL (2,88%)	768	778
IRPJ (8%)	2.133	2.160
ISS (4%)	1.066	1.080
Total	<u>4.941</u>	<u>5.003</u>

d. IRPJ/CSLL

	2016	(Não Auditado) 2015
Receita 2016	45.671	52.748
(%) Alíquota presumida para imposto de renda	32%	32%
Base de cálculo presumida para imposto de renda	14.615	16.879
Receita financeira	-	-
Base de cálculo para imposto de renda	14.615	16.879
Alíquota para imposto de renda	15%	15%
Alíquota adicional imposto de renda	10%	10%
Despesa com imposto de renda	(3.654)	(4.220)
	2016	2015
Receita 2016	45.671	52.748
(%) Alíquota presumida para contribuição social	32%	32%
Base de cálculo presumida para contribuição social	14.615	16.879
Receita financeira	-	-
Base de cálculo para contribuição social	14.615	16.879
Alíquota adicional para contribuição social	9%	9%
Despesa com contribuição social	(1.315)	(1.519)
Imposto de renda e contribuição social (presumido)	(4.969)	(5.739)

13 Outras contas a pagar

	2016	(Não Auditado) 2015
Dividendos (i)	863	864
Depósitos não identificados (ii)	542	-
Cartão de crédito corporativo	120	-
Total	1.525	864

- (i) São valores provisionados a distribuir para sócios.
- (ii) São depósitos sem origem identificada, geralmente referentes a recebimentos de comissões de entrada aguardando comprovação do interessado para quitar saldo em aberto.

14 Obrigações de aquisição de ativo

	2016	(Não Auditado) 2015
Obrigações de aquisição de ativo (i)	17.062	-
Total	17.062	-
Circulante	788	3.846
Não circulante	16.274	1.616

- (i) Corresponde à aquisição de 35% de participação no empreendimento Golden Mountain Empreendimentos Imobiliários Ltda. A participação foi comprada pelo valor de R\$ 18.900 sendo R\$ 1.575 pagos à vista e R\$ 1.575 parcelados em 24 vezes com vencimento da primeira parcela em 28 de setembro de 2016, restando um montante de R\$ 15.750, o qual será pago mediante repasse pela Empresa aos credores de 4,2% do Valor Geral das Vendas Líquidas (VGVL) das cotas das unidades autônomas do empreendimento imobiliário a ser desenvolvido pela Golden Mountain, nos termos da Lei nº 4.591/64 e legislação complementar, no imóvel resultante da unificação dos imóveis objeto das matrículas nºs 21.247 e 21.248 do cartório de registro de imóveis de gramado - RS Imóvel e Empreendimento.

15 Provisão para demandas judiciais

Foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais surgidas no curso normal das operações da Empresa, cujo critério para registro fundamentou-se na avaliação de nossos assessores jurídicos, do risco provável de perda para os processos em andamento até a data de conclusão das demonstrações financeiras. Em 2015, não houve ações cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como provável ou possíveis de perda pelos advogados da Empresa.

A seguir, a composição das provisões de acordo com a sua natureza:

Descrição	2016
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	1.961
Total	1.961
Não circulante	1.961

Riscos trabalhistas e previdenciários

Referem-se a demandas trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados e ex-empregados vinculados a disputas sobre o montante pago nas rescisões e nas reclamações trabalhistas.

Contingências classificadas como riscos de perdas possíveis

A Empresa tem ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perdas classificados como possível pela Administração, no montante de R\$ 5.241, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

Descrição	2016	
	Quantidade	R\$
Processos trabalhistas	29	5.241
Total	29	5.241

As principais contingências prováveis estão relacionadas a ações trabalhistas e referem-se a processos judiciais movidos em sua maioria por reclamações de rescisões trabalhistas, para os quais há provisão constituída.

Descrição	2016	
	Quantidade	R\$
Processos trabalhistas	6	1.961
Total	6	1.961

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.006 (dois milhões e seis mil reais) representados por 2.006 (dois milhões e seis mil) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma e está dividido da seguinte forma:

	2016			(Não Auditado) 2015		
	Quantidade de Cotas	% do capital	Valor	Quantidade de Cotas	% do capital	Valor
WP Empreendimentos Imobiliários	669	33,34%	669	2	33,34%	2
Seasons Turismo S.A.	669	33,33%	669	2	33,33%	2
HMS Negócios S.A.	668	33,33%	668	2	33,33%	2
Total	2.006	100%	2.006	6	100%	6

Em 27 de setembro de 2016, o capital social foi aumentado em R\$ 2.000,000,00 em moeda corrente.

b. Distribuição de resultados

A Distribuição de resultados é feita de acordo com a disponibilidade de caixa da Empresa, a qual é avaliada à medida que há a necessidade.

17 Receita líquida

	2016	(Não Auditado) 2015
Receita com prestação de serviços	78.616	59.866
(-) Ajuste a valor presente	(28)	(917)
(-) Distratos incorridos	(13.565)	(11.134)
(-) Provisão para distratos	(3.504)	-
(-) Impostos sobre venda (PIS/COFINS/ISS)	(4.146)	(3.347)
Total da receita líquida	<u>57.373</u>	<u>44.468</u>

18 Custo dos serviços prestados

	2016	(Não Auditado) 2015
Custo com pessoal (*)	(6.237)	(2.392)
Brindes e cortesias	(6.283)	(5.068)
Serviços e manutenções	(11.632)	(4.950)
Outros custos	(2.876)	(1.511)
Total do custo dos serviços prestados	<u>(27.028)</u>	<u>(13.921)</u>

(*) Em 2015, havia a comercialização apenas dos empreendimentos localizados em Olímpia (SP) e Caldas Novas (GO), em 2016 iniciou a comercialização dos empreendimentos localizados em Porto Seguro (BA) e Gramado (RS), com isso houve necessidade de aumento do quadro de funcionários, justificando, assim, o aumento de despesas com pessoal.

19 Despesas comerciais

	2016	(Não Auditado) 2015
Despesas com pessoal	(88)	(66)
Propaganda e publicidade	(646)	(217)
Serviços e manutenção	(564)	(775)
Outros serviços	(311)	(115)
Total de despesas com vendas	<u>(1.609)</u>	<u>(1.173)</u>

20 Despesas administrativas e gerais

	2016	(Não Auditado) 2015
Pessoal e encargos	(1.019)	(1.383)
Serviços e manutenção	(2.306)	(1.585)
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.961)	-
Depreciação	(497)	(13)
Outros gastos	(1.030)	(1.490)
Despesas com provisão para devedores duvidosos (PECLD)	(528)	-
Perda no recebimento de crédito	(1.985)	(3.575)
Despesas com pós vendas	(1.790)	(1.266)
Total de despesas administrativas e gerais	<u>(11.116)</u>	<u>(9.312)</u>

21 Resultado financeiro líquido

	2016	(Não Auditado) 2015
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber	2	6
Rendimentos sobre aplicações financeiras	159	2
Descontos obtidos	20	29
Total das receitas financeiras	181	37
	2016	2015
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(657)	(936)
Juros/multa incorridos	(7.334)	(1.144)
Comissão/tarifa cartão	(881)	(694)
Outras despesas financeiras	(458)	(98)
Total das despesas financeiras	(9.330)	(2.872)
Resultado financeiro líquido	(9.149)	(2.835)

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação de instrumentos financeiros

Em 2016 e 2015, a Empresa possui como ativo financeiro “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Contas a receber” e “Outros créditos”, que foram classificados como “Empréstimos e recebíveis”, e como passivo financeiro “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos”, e “Outras contas a pagar”, que foram classificados como “Outros passivos financeiros”, e “Instrumentos financeiros derivativos” que foram classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Empresa não divulgou o valor justo do seu instrumento financeiro não mensurado ao valor justo, uma vez que seu valor contábil está razoavelmente próximo de seus valores justos.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) *Risco de crédito*

É o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

(ii) *Risco de liquidez*

É quando a Empresa encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa. A gestão de fluxo de caixa da Empresa é acompanhada diariamente.

(iii) Risco de mercado

É o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

* * *

Frederico Rezende Palmerston Xavier
Diretor
CPF: 026.717.761-62

Andre Luiz Ladeira
Diretor
CPF: 835 601 491-34

Lourdes Silva
Contadora
Contador CRC-GO nº 21168